

ASSEMBLÉIA APROVA ANUIDADE E AMPLIA SERVIÇOS DO CRP

Com a presença de poucos psicólogos, mas com uma discussão muito viva entre a necessidade de um Conselho mais ativo e mais presente e a dificuldade econômica que a categoria atravessa, a Assembleia Geral convocada pelo CRP-06 para o dia 14 de setembro último, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, aprovou - por dois votos de diferença - o maior valor em discussão para a anuidade de 1984.

A proposta de anuidade trazida pela Diretoria do CRP-06 foi a de 1.1 MVR (Maior Valor de Referência), idêntica à aprovada na Assembleia de 1982. Ao discutir o assunto, a Assembleia deste ano resolveu rever este índice, colocando-o em 1.26, dan-

do a maior autonomia de recursos à gestão que assumiu em 27 de agosto último, para cumprir com os compromissos estabelecidos durante a campanha. O MVR tem seus valores alterados em maio e novembro de cada ano. É sobre este valor de novembro - de Cr\$ 28.294,80, que ainda não havia sido divulgado pelo Governo Federal por ocasião da Assembleia, mas que já era estimado com relativa exatidão - que foram calculadas as alternativas de anuidades. O valor aprovado, de 1.26 MVR, corresponde a uma anuidade de Cr\$ 35.651,00.

Com esta decisão, a Assembleia também aprovou a ampliação dos serviços prestados pelo CRP, com a contratação de mais um

assessor jurídico, para atender à Comissão de Orientação e Fiscalização; a abertura e funcionamento de mais duas Delegacias no interior do Estado de São Paulo; a contratação de mais três fiscais para acompanhamento do exercício profissional, destinados aos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul; a publicação mensal do "Jornal do CRP-06" e a ampliação das atividades de assessoria de imprensa, para maior divulgação dos serviços aos psicólogos; e a presença mais constante dos Conselheiros em toda a área de jurisdição do CRP-06, para atendimento das necessidades da categoria.

Foram muito debatidas, nessa Assembleia, as restrições impostas aos Conselhos e à categoria, pela vinculação ao Ministério do Trabalho, cuja legislação, rígida e detalhada, fixa prazos, estabelece taxas e confisca 70% do saldo remanescente em 31 de dezembro de cada ano. Sobre, para a categoria, a possibilidade de propor uma anuidade, que pode ser rejeitada pelo Conselho Federal de Psicologia. E, nesse caso, na ausência de prazo de convocação da nova assembleia, o próprio Conselho Federal estabelece a anuidade do CRP. A assembleia solici-

tou que a atual gestão prossiga no esforço de transformar o Conselho numa entidade jurídica do tipo Ordem, com maior flexibilidade de atuação.

Para onde vai o dinheiro?

O elevado custo de manutenção do CRP e o desconhecimento da categoria sobre a utilização desses recursos motivaram a publicação dessas informações na edição 15 do "Jornal do CRP-06", sob o título "Para onde vai nosso dinheiro?". Agora, a assembleia solicitou a publicação das previsões de receita e despesa do CRP-06 para 1984, para que os psicólogos conheçam detalhadamente as contas de seu Conselho.

Da previsão de receita para 1984, de 843 milhões e 330 mil cruzeiros, 73,33% são representados por anuidades de pouco mais de 19 mil psicólogos que se prevê estejam inscritos nesse ano, totalizando 618 milhões e 400 mil cruzeiros de contribuição. A segunda fonte de receita (9,52%) é representada por taxas de inscrição de pessoa física e jurídica, expedição de carteira profissional e de certidões (credenciamento e certificados de pessoas jurídicas). As multas, juros e correção monetária sobre as anuidades em atraso (9,07%) e as aplicações em títulos de renda (8,08%) complementam a receita do CRP-06.

RECEITA	Cr\$ 1.000	%
Anuidades	618.400	73,33
Taxas	80.330	9,52
Juros de Títulos de Renda	68.100	8,08
Multas	76.500	9,07
TOTAL	843.330	100,00

DESPESA	Cr\$ 1.000	%
Pessoal Civil	275.620	32,68
Obrigações Patronais	58.200	6,90
Material de Consumo	23.820	2,83
Serviços de Terceiros e Encargos	26.000	3,08
Outros Serviços e Encargos	189.600	22,48
Transferências Correntes	263.090	31,20
Despesas de Capital	7.000	0,83
TOTAL	843.330	100,00

As maiores despesas do CRP são com a manutenção de seu pessoal (ordenados, 13.º salário, jetons e diárias consomem 32,68% da receita e estão identificados como "Pessoal civil") e com o recolhimento de 30% da receita ao CFP, que possui apenas este tipo de subsistência. Este recolhimento está lançado na conta "Transferências Correntes", juntamente com o PASEP.

A conta "Outros Serviços e Encargos" absorve 22,48% da receita. Aqui estão incluídas, entre outras, as despesas com divulgação (jornal, circulares, publicações de editais etc.), serviços postais e telegráficos, locação de móveis, computação, despesas telefônicas, aquisição de passagens, manutenção e

energia elétrica. As "Obrigações Patronais" (IAPAS e FGTS) representam 6,9% do total despendido e a remuneração de serviços pessoais (honorários) das assessorias jurídicas, de imprensa e contábil (lançadas na conta "Serviços de Terceiros e Encargos"), outros 3,08%. O material de consumo (artigos de expediente, gêneros de alimentação, fitas para gravação, artigos de higiene etc.) representa 2,83% e as "Despesas de Capital" (aquisição de linhas telefônicas, imóveis etc.) outros 0,83% da previsão de receita para 1984.

Os valores da previsão de receita e despesa para o exercício de 1984 encontram-se em tabela publicada nesta mesma página.

LEI 6.994

Interferência cresce, mas ação judicial continua.

A Justiça Federal não acolheu as argumentações dos Conselhos Federais, de que estavam sendo constrangidos ilegalmente pelo Ministério do Trabalho ao recolhimento de 70% do saldo de caixa disponível no final de 1982 e cassou a liminar concedida ao mandado de segurança impetrado. Segundo a sentença, o Ministério do Trabalho está agindo de acordo com o que estabelece a lei, e a Justiça Federal não tem competência para analisar ou declarar a inconstitucionalidade da lei, função que cabe ao Supremo Tribunal Federal.

Diante da decisão, os Conselhos Federais entraram com recurso no Tribunal Federal de Recursos e, paralelamente, encaminharam representação ao Procurador Geral da República, arguindo a inconstitucionalidade da lei. A arguição foi aceita e o processo encontra-se atualmente no Supremo Tribunal Federal, para julgamento.

Paralelamente a essas ações no Judiciário, o Ministério do Trabalho estabeleceu, em setem-

bro último, prazo de encaminhamento do orçamento de 1984, para sua aprovação prévia, até 31 de outubro. Até então, o orçamento era publicado no Diário Oficial, para posterior fiscalização da execução orçamentária por parte do Ministério do Trabalho. Para cumprir o novo prazo, as assembleias realizadas pelo CRPs, para fixação de anuidades e a reunião dos Delegados, promovida pelo CFP, tiveram que ser antecipadas.

O Ministério do Trabalho também definiu que as despesas não diretamente vinculadas à fiscalização do exercício profissional ou à manutenção da infra-estrutura dos Conselhos terão que ser previamente apresentadas, através de orçamentos-programa, à Secretaria de Controle Interno do Ministério do Trabalho. Entre estas despesas estão a publicação de periódicos e a realização de encontros, seminários e outros eventos, o que faz com que o Ministério do Trabalho adquira características de censor na atuação dos Conselhos.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL NÃO INCLUI ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA

Apesar de todos os subsídios apresentados pelo CRP-06, desde 1981, a recente divulgação do projeto de lei n.º 1.657/83, que institui a Lei de Execução Penal, frustrou a categoria, ao não incluir a assistência psicológica ao encarcerado. Neste projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo para votação no Congresso Nacional, está prevista apenas a prestação de serviço médico, odontológico, judiciário, social, pedagógico, profissionalizante e religioso, ao sentenciado e ao preso provisório. O psicólogo foi apenas incluído na comissão de triagem, apenas como perito para classificação do preso e para pareceres a respeito das várias fases de execução da pena.

Em 1981, alertado sobre a existência de uma comissão de juristas que preparava o anteprojeto da Lei de Execução Penal, o CRP-06 instituiu um Grupo de Trabalho, integrado por profissionais com experiência na área de Psicologia aplicada a Instituições Penais, para apresentar subsídios a essa comissão. Esse estudo mostrava a importância do psicólogo como perito, como terapeuta e como técnico de relações intrainstitucionais e levantava o direito do sentenciado à assistência psicológica. Essas sugestões foram encaminhadas pelo CFP, que aprofundou o assunto e chegou a realizar vários contatos com o Ministério da Justiça, defendendo as propostas do CRP-06.

O texto do projeto de lei em nenhum momento inclui essa assistência psicológica. Ela só é mencionada na exposição de motivos do ministro da Justiça, ao destacar a necessidade de individualização das penas, levando-se em conta a personalidade de cada preso e ao mencionar a orientação para o retorno à liberdade. Esta ausência da assistência psicológica faz com que a luta seja reiniciada, para sua inclusão na Lei.

NOTA CONJUNTA

Psicólogo ou Técnico de Administração em Seleção de Pessoal?

O Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região e o Conselho Regional de Técnicos de Administração - 8.ª Região, com o intuito de informar e orientar as empresas e os profissionais que se dedicam a Seleção e Recrutamento de Pessoal, quanto ao registro nas entidades fiscalizadoras da profissão, esclarecem que esta atividade, quando se utiliza basicamente de técnicas psicológicas, é caracterizadamente privativa dos psicólogos e determina que sua fiscalização seja efetuada exclusivamente pelo Conselho Regional de Psicologia. Quando a Seleção e Recrutamento de Pessoal utilizar-se de currículo, do ponto de vista da experiência profissional, torna-se campo de atuação do Técnico de Administração, sendo em decorrência fiscalizado pelo Conselho Regional de Técnicos de Administração. Quando da utilização de técnica psicológica, feita por psicólogo, como atividade secundária, a entidade deverá, além do registro no CRTA, também se cadastrar no CRP.

O objetivo da lei n.º 6.839/80, ao estabelecer a obrigatoriedade do registro das empresas nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional, em razão de "sua atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros", foi o de evitar a prestação de serviços ao público por profissionais não habilitados ou sem a observação de técnicas adequadas. Foi com esta preocupação com o padrão de atendimento oferecido à população e também a necessidade de investigação sobre o campo profissional em que a Seleção e Recrutamento de Pessoal é realizada, quando não especificada claramente no contrato social da empresa, que determinou a ação mais enérgica do Conselho Regional de Técnicos de Administração - 8.ª Região. Não houve, em nenhum momento, qualquer intenção de gerar conflitos de atribuições ou de competências entre psicólogos e técnicos de administração ou de intromissão na fiscalização do exercício profissional em campo de atividade diverso do seu. A simples constatação da prestação do serviço psicológico na Seleção e Recrutamento de Pessoal tem determinado o imediato trancamento da ação.

Os dois Conselhos fiscalizadores do exercício profissional sugerem aos profissionais envolvidos em Seleção e Recrutamento de Pessoal que, ao constituírem suas empresas, façam constar no contrato social o campo de atividade que irão desenvolver, o que definirá a exata vinculação com o Conselho profissional correspondente.

São Paulo, 9 de novembro de 1983.

Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região
Conselho Regional de Técnicos de Administração - 8.ª Região

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Denilréa Pêrola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Soltero Neto, José Sierza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Mariliza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elizabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Nanci Bühner Letait, Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111. **Delegacias - Assis:** Rua Marechal Deodoro, 123, conj. 11 (Conjunto Marechal) - **Bauru:** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8.º andar, conj. 808 - Fone (0142) 22-3384 - **Campinas:** Av. Dr. Moraes Sales, 1.212, 2.º andar, sala 22 - Fone (0192) 32-5397 - **Campo Grande:** Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801 - **Cuiabá:** Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902 - **Lorena:** Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto:** Rua Cerqueira César, 481, 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - **Santos:** Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. **Comissão de Divulgação:** Sueli Duarte Pacifico e Maria Rosa Cavazzani. **Editor:** Eliário E. do Couto (MTb 8.226). **Redação:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. **Composição, fotolitos e impressão:** DCI - Indústria Gráfica S.A. **Tiragem:** 17.000 exemplares.

EDITORIAL

A contradição cotidiana de uma profissão "liberal"

A anuidade do CRP aumenta seu valor em mais de 100% para 1984. Uma categoria que, em grande parte, esbarra com dificuldades econômicas, vê-se diante da exigência de dispor de uma quantia consideravelmente alta para garantir o exercício legal de suas atividades, bem como para garantir o funcionamento de um órgão que representa oficialmente sua existência, enquanto profissão, em origem, liberal.

Na Assembléia Geral de 14 de setembro, os psicólogos aprovam para além da proposta do próprio órgão, o percentual de aumento, na expectativa de se ter uma comunicação mais efetiva e abrangente entre o Conselho e os profissionais. E, quando, neste número do jornal, explicitam-se ou discriminam-se as despesas, tem-se a impressão de se estar diante de um organismo autofágico: recebe do Psicólogo para se manter e o que consegue é apenas isto: manter-se.

E, no entanto, nas articulações desta infraestrutura que está a vida do CRP, uma vida que se expressa em seu papel de "defesa da categoria" e da "população que dispõe dos serviços desta categoria"; uma vida que se expressa especialmente em seu caráter político e organizativo. O CRP é, sem dúvida, uma instituição, mas uma instituição que, a cada momento, institui também a profissão.

Nestes últimos três meses - de certa forma continuando uma linha de ação

que se vinha constituindo desde 1980 - acompanhados, discutimos, apoiamos posicionamentos, exigências e atuações. Estivemos às voltas com as Semanas de Psicologia de diversas faculdades, refletindo sobre o perfil profissional do psicólogo (Pesquisa do DIEESE) sobre a organização dos psicólogos por meio de seus órgãos de classe (Sindicato e CRP), sobre a natureza político-burocrática desses órgãos, sobre a especificidade de nossa atuação profissional no interjogo com outras profissões. Empenhamo-nos no processo de manutenção e criação de Delegacias no Interior. Acompanhamos

psicólogos contratados e concursados pela Prefeitura, em seu esforço por permanecer nos respectivos cargos e, com isto, ampliar o atendimento à população. Discutimos, ainda, a questão das clínicas conveniadas com o INAMPS. Comissões como as de Educação, Instituição, Saúde e Ensino prosseguiram na preocupação de promover Debates, Encontros, reuniões para que se definam propostas e pautas de atuação.

Assim, se a profissão do psicólogo é, em origem, liberal, e, com isto, facilitadora de uma ação individualizada, o CRP, que é o órgão que a representa oficialmente, busca formas

de constituir seu caráter coletivo; um caráter coletivo que vá, inclusive, para além do espírito corporativista de "defesa de um território profissional", de tal maneira a configurar a inserção do trabalho do psicólogo num projeto social e político.

Curiosamente, o pagamento da anuidade, garantindo a inscrição de cada psicólogo no Conselho - uma ação "individual", portanto - tem sido uma das formas de garantir, também, trabalhos dessa natureza. Com isto, delineia-se a nível da concepção e da prática um outro lado de uma profissão: aquele que aqui chamamos "coletivo".

RELATÓRIOS PSICOLÓGICOS PARA CLASSES ESPECIAIS

Secretaria de Educação concorda com sigilo

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo encaminhou para todas as suas Regionais, para divulgação, cópia do parecer do CRP-06 relativo à questão do sigilo de relatórios psicológicos, tendo em vista a multiplicidade de situações geradas pela prática profissional, transcendendo as previstas pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

Ao concordar com a necessidade do sigilo desses relatórios psicológicos, a Coordenadoria de Estudos

e Normas Pedagógicas manifestou seu apoio ao encaminhamento de crianças às classes especiais para deficientes mentais educáveis sempre através de declaração de psicólogo credenciado, de que se trata realmente de criança necessitada dessa modalidade de ensino. Informações quanto ao desenvolvimento da criança quanto aos seus aspectos intelectual, de personalidade e de psicomotricidade devem ser anexados, para subsidiar a programação individual do trabalho educacional que o professor deve realizar com os seus alunos.

Para Clarilza Prado de Souza, coordenador de Estudos e Normas Pedagógicas, a preocupação é quanto à definição da categoria a que o aluno pertence (não supervalorizando medidas como QI), para que não sejam encaminhados para classes especiais os alunos de faixa classificatória dos treináveis, sem condições atuais de atendimento e alunos de faixa classificatória dos limitados ou lentos, ou com outros problemas, de nível intelectual superior ao dos educáveis, que deverão ser atendidos nas classes comuns.

VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

SIMPÓSIO, CURRÍCULO E JORNAL: AS DELIBERAÇÕES DO VI ENEP.

A organização do trabalho da Secretaria de Psicologia da UNE (SEPUNE) ao longo do ano, com a criação de comissões para a realização de um Simpósio Nacional sobre Saúde Mental, para discussão e elaboração de novos projetos de currículo e para publicação de um jornal, foi a principal deliberação do VI Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), realizado em Goiânia, de 18 a 23 de julho último. O conclave teve a participação de representantes de 33 faculdades de Psicologia, localizadas em 15 Estados brasileiros.

A SEPUNE é ligada à Secretaria de Humanas da UNE e tem entre suas finalidades promover a união e

integração dos estudantes de Psicologia do País, coordenando suas lutas em defesa de seus interesses e de uma Psicologia voltada para os interesses da maioria da população.

A criação de uma comissão para organização de um Simpósio Nacional sobre Saúde Mental surgiu das discussões sobre a ideologia médica que permeia a Psicologia: o que é doença? Como a ideia de doença mental permite o controle da Písiqe pela química multinacional? O diagnóstico usado como forma de poder (inútil na transformação da vida do diagnosticado, mas útil para desautorizá-lo socialmente)

mente da capacidade de ser senhor do seu desejo e ser sujeito político). Já a comissão curricular surgiu das discussões sobre a necessidade de formação de profissionais que revejam a prática hoje existente e a coloque a serviço das autênticas necessidades da população e não apenas de grupos privilegiados. A função desta comissão será a de formar um eixo nacional de luta para a modificação do currículo mínimo, elaboração de dossiê com as ideias e sugestões abordadas no VI ENEP, recolhimento de currículos de cada escola para posterior estudo e intercâmbio e elaboração de documento reivindicatório aos CRPs e

CFP visando à participação dos estudantes nas comissões que envolvam mudanças curriculares a nível de legislação. A terceira comissão, encarregada da editoração do jornal da SEPUNE, dividiu as escolas de Psicologia em oito regionais, para captação de recursos e textos e divulgação da publicação. O jornal surge com o objetivo de propiciar a troca de experiências a respeito dos acontecimentos que envolvam as diversas regiões e promover e divulgar ensaios e trabalhos dos estudantes de Psicologia.

O próximo ENEP está previsto para julho de 1984, em Maceió.

Reclassificação na área federal beneficia psicólogos

Encontra-se nas Comissões de Serviço Público e de Finanças do Senado Federal o projeto de Lei 164/83, que "altera a estrutura da Categoria Funcional de Psicólogo" no Serviço Público Federal. Por este projeto, os psicólogos servidores públicos federais, atualmente posicionados nas referências NS-1 a NS-4, serão automaticamente localizados na referência NS-5, inicial da classe A. Esta reclassificação termina com uma situação injusta, que os colocava, no Plano de Classificação de Cargos, muito abaixo de outros profissionais de nível superior. Uma emenda, apresentada pelo senador Gastão Muller, determina que a jornada de trabalho dos psicólogos seja de 30 horas semanais.

A aprovação do projeto vai também beneficiar os profissionais de instituições e dos Governos estaduais, pois as decisões do Governo Federal são geralmente tomadas como base para fixação de seus próprios níveis salariais. Desta forma, a aprovação do Projeto de Lei 164/83 (na Câmara Federal ele tinha o número 09/83) provocará efeitos positivos.

O início de apreciação do projeto pelo plenário da Câmara Federal fez com que fosse desencadeada ampla ação de mobilização, centrada na Presidência da Câmara e nos líderes dos partidos. Esta ação está sendo agora repetida com relação ao Senado e novamente os Conselhos Regionais, Sindicatos e associações profissionais ou setoriais voltam a ser acionados pelo CFP.

Desde 1980 que o Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de S. Paulo se propuseram a juntar os seus esforços na área da Saúde, através de uma comissão mista. Com a realização do I Encontro de Psicólogos na Saúde, no segundo semestre de 1981, surgiram dois grupos de trabalho. O Sindicato passou a discutir as questões relativas a convênios e o CRP, a questão

da supervisão. Foi este segundo grupo que, sentindo a necessidade de conhecer mais profundamente a Política Nacional de Saúde e de Saúde Mental, para subsidiar suas discussões, organizou o Seminário de Saúde, em junho de 1983, onde estes temas foram abordados e esclarecidos por profissionais dessas áreas.

A síntese deste encontro está em fase adiantada de elaboração e será publica-

da pelo CRP, em uma publicação especial, que deverá tornar-se a primeira de uma série de publicações específicas. Todos os psicólogos que já participaram dos encontros de Saúde promovidos pelo CRP/Sindicato estão automaticamente incluídos na listagem de recebedores desse material. Outros

profissionais com atuação voltada para a área de Saúde e Saúde Mental e interessados em receber esta publicação do CRP, deverão entrar em contato com a entidade, solicitando sua inclusão neste cadastro. Esta informação será importantíssima para dimensionar a própria tiragem da publicação.

Delegado, apenas um cargo burocrático?

A necessidade de estruturação dos vínculos com o CRP-06 e de redução de custos foram os argumentos que determinaram a acumulação dos cargos de Conselheiro e de Delegado, onde isto é possível, decidida na plenária realizada em 24 de setembro último. Nas Delegacias que não possuem Conselheiro, os Delegados serão indicados pelo CRP. Outra decisão da mesma reunião plenária determinou que a Comissão de Delegacias estude junto à Tesouraria

do CRP a viabilidade financeira da não superposição de cargos (desde que haja a garantia de presença dos Delegados, além dos Conselheiros, nas reuniões plenárias mensais realizadas aos sábados) ou da contratação de Delegados-Adjuntos.

As funções do Delegado são, na verdade, meramente burocráticas. A constatação do CRP é de que os psicólogos recorrem às Delegacias apenas para resolver os problemas profissionais de ordem pessoal, não

respondendo às convocações para discussão de problemas gerais da categoria. Daí decorre a dificuldade de se reproduzir as Comissões e Grupos de Estudo no Interior. Apesar do trabalho desenvolvido junto às escolas de formação de Psicologia, o laço entre o Conselho e a categoria é ainda a atividade burocrática. E esta situação que o CRP-06 deseja alterar, encontrando formas de levar para o Interior a participação ativa nas Comissões.

PALAVRA ABERTA

ÉTICA NO MUNDO DE HOJE

De Alberto Abib, o "Jornal do CRP-06" recebeu correspondência relatando o Simpósio "Ética no Mundo de Hoje", realizado pelo Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP em setembro último. E com este texto, o primeiro que chega para esta seção, que "Palavra Aberta" abre seu espaço para toda a categoria profissional.

Ética no Mundo de Hoje. Esse foi o título do simpósio que o Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP realizou em setembro último. Foram discutidos, nesse encontro, aspectos éticos envolvidos nos temas Cidadania, Genética Humana, Física Nuclear e Gestão dos Bens Públicos.

Os debatedores convidados eram especialistas no assunto, tais como Dalmo Dallari, Florestan Fernandes, dom Cândido Padim, José Gregori (Ética e Cidadania); o colega psicólogo Dario Silveira Sampaio, Paulo Otto, Thomas Göllope (Ética e Genética Humana); João Martins, Mário Schemberg e Márcio Pugliesi (Ética e Física Nuclear); Plínio de Arruda Sampaio, Fábio Konder Comparato, Eduardo Matarazzo Suplicy, Dilson Funaro e padre Francisco

Gandolpho (Ética e Gestão dos Bens Públicos). As principais colocações dos expositores estarão publicadas dentro de algum tempo pela Editora da Universidade Católica.

Esse simpósio, assistido por alguns psicólogos, reforçou a convicção que cabe a nós, profissionais da Psicologia, nos atualizar sobre as questões envolvidas nesses debates, porque elas tocam de muito perto nossa atuação profissional.

A cidadania, o primeiro tema daquele debate, não está alcançada por grande parcela do povo brasileiro. A maioria não tem acesso a uma condição mínima de subsistência digna e de participação consciente no destino de suas vidas.

O que dizer então desses milhões de brasileiros, aos recursos da Psicologia como forma de auto-

atendimento e consciência da situação real de carência a que são submetidos?

Em consequência, quantos psicólogos que se prepararam longos anos de faculdade para o exercício da profissão ficam fraudados de suas esperanças e expectativas, devido à falta de ocupações e ao descalço com o atendimento psicológico da população.

A má gestão dos bens públicos, outro tema do simpósio, acarreta más condições de ensino em nossas faculdades, ausência generalizada de empregos, afetando tanto os psicólogos como sua clientela potencial.

Os avanços tecnológicos da Física Nuclear e da Engenharia da Genética Humana são temas que, por envolverem a sobrevivência da espécie humana, devem interessar a todo e qualquer profissional enraizado nas situações reais em que vive a humanidade hoje. Desinteressar-se de temas como os riscos das explosões nucleares ou populacionais pode indicar uma insensibilidade pes-

soal que terá consequências no dia-a-dia do atendimento profissional.

O que você poderia fazer como psicólogo para lidar com esses problemas éticos gerais do mundo de hoje? Essa questão saída desse simpósio não encontra resposta fácil e soa como um desafio e a todos os profissionais e todos os cidadãos na sociedade brasileira.

E um eco do problema maior da profissão, a saber, como compatibilizar o exercício tecnicamente correto da profissão com os problemas maiores da sociedade que nos circunda.

Reatar as incursões do psicólogo no Social e no Político, como um imperativo ético da profissão, pode até soar como um dado novo na velha moral profissional, mas é uma postura ética que cada vez mais vai ser cobrada da categoria e de cada um dos profissionais presentes hoje nos debates que envolveram a profissão de psicólogo no Brasil de hoje.

Anote...

Introdução ao Psicodrama - Ministrado pelos psicólogos psicodramatistas Regina Fournault Monteiro, Ronaldo Pamplona da Costa e Carlos A.S. Borba, este curso, de oito aulas, será realizado em 18 e 19 de novembro e destina-se aos profissionais das áreas de humanas e biológicas. Será utilizado videocassete. Informações mais detalhadas deverão ser obtidas na Rua Professor Ernest Marcus, 91 - Pacaembu (São Paulo), CEP 01246 ou pelo telefone (011) 256-4769.

Sociedade Brasileira de Reprodução Humana promove debates em Santos e Santo André - Sob a responsabilidade da Delegacia Regional Leste do Estado de São Paulo, estão previstas duas reuniões - uma em Santo André e outra em Santos - com entrada franqueada para todos os interessados. Em Santo André, ela será realizada no dia 29 de novembro, a partir das 20h30, no anfiteatro do Paço Municipal de Santo André. Nessa ocasião será debatida a assistência pré-natal, com a coordenação de Paulo S. Goffi e a participação de Isméri S.C. Conceição (aspectos médicos), Alaide de Oliveira Penacchio (aspectos emocionais e educacionais) e Luiz Carlos João (aspectos socioeconômicos). Em Santos, ela ocorrerá em 25 de novembro, também às 20h30, no anfiteatro da Faculdade de Ciências Médicas de Santos (Rua Osvaldo Cruz, 179). O tema "Aleitamento Materno" será apresentado por Luiz Roberto Araújo Fernandes (fisiologia), Ernesto Teixeira do Nascimento (importância para o recém-nascido), Regina Beni (aspectos emocionais) e Paulo Sérgio Rivetti (anticongestão na lactação). Os interessados em maiores informações devem telefonar para 67-7408 (São Paulo), 444-5717 (Santo André) ou 35-5806 (Santos).

Reunião anual da Associação de Modificação do Comportamento - A quarta reunião anual desta sociedade será realizada em São Paulo, no Augusta Boulevard Hotel, nos dias 25 e 26 de novembro. Toda a comunidade vinculada a análise de comportamento em recursos humanos, educação especial, educação, comunidade, intervenção clínica e seus aspectos teóricos, metodológicos e filosóficos está sendo convidada a apresentar trabalhos, sobretudo aqueles que estejam em fase inicial ou em andamento. Maiores informações devem ser solicitadas diretamente à entidade, através da Caixa Postal 19.210 - CEP 04599 São Paulo.

Encontro Interdisciplinar Brasileiro-Argentino de Medicina Humanística - Com o apoio da Sociedade de Pediatria de São Paulo, Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Associação Paulista de Medicina e Instituto Sedes Sapientiae, será realizado em São Paulo este encontro, subordinado ao tema "A família na saúde e na doença". Durante três dias - de 25 a 27 deste mês - serão realizadas conferências e debates sobre a medicina, a família e a realidade da América Latina; a psicanálise e o enfoque multidisciplinar da medicina; psicoprofilaxia obstétrica; interdisciplina perinatal e o grupo familiar; a instituição na patologia do vínculo mãe-filho; a importância do contato familiar no diagnóstico e tratamento pediátrico; iatrogenia da palavra e da atitude médica e onipotência e objeto da reparação - o médico ante a doença e a morte. Maiores informações devem ser colhidas na Secretaria do evento (Rua Tupi, 841 - CEP 01233 São Paulo) ou pelo telefone 67-5815.

I Congresso Pan-americano e II Congresso Brasileiro de Intercâmbio Médico-Psicológico - A medicina comportamental será o tema deste encontro, previsto para 16 e 17 de junho do próximo ano, no Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro, e que pretende definir, avaliar e indicar a terapia para as disfunções sexuais, sistema cardiovascular, diabetes, diarréia, enxaqueca, doenças neuromusculares, doenças crônicas, obesidade, doença de Raynaud's, alcoolismo, enurese e encoprese. Participarão do encontro, como conferencistas, médicos e psicólogos do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Informações e reservas deverão ser obtidas no Centro de Psicologia Clínica - Av. Ataúlfo de Paiva, 135 - grupo 501, Rio de Janeiro, ou pelo telefone (021) 239-6237, com o dr. Harald Lettner, também um dos conferencistas do evento.

SAÚDE MENTAL É CRITICADA EM DEBATE

O atendimento de saúde mental feito pelo INAMPS é um sistema "onde todos perdem e ninguém ganha", afirmou Odete de Godoy Pinheiro, do Conselho Federal de Psicologia, durante o debate "O INAMPS e o atendimento de saúde mental", promovido pela Folha de S. Paulo, no dia 28 de setembro, em seu auditório.

O diretor da Associação dos Ambulatórios de Psiquiatria do Estado, Giovanni Angelo Di Giunta, procurou fazer a defesa do sistema, argumentando que, desde 1981, os psicólogos já participam do tratamento dos enfermos, inclusive com psicoterapia, e que, com o advento das clínicas, as filas e até a venda de lugares nas filas desapareceram. "Demos um maior conforto aos atendidos e aos seus familiares e diminuímos as internações", disse Giovanni. Mas a defesa praticamente parou aí.

"Que sistema é este, onde todos perdem?", insistiu Odete de Godoy Pinheiro. "De um lado - disse ela - temos o trabalhador que paga INPS e que teria direito a um atendimento à sua saúde, que é a devolução daquilo que foi recolhido de seu salário. Mas ele não é bem atendido porque, quando não fica numa fila enorme, vai a um ambulatório onde nem sempre recebe o que precisa, porque nem sempre o que ele necessita é pago pelo INAMPS. O psicólogo certamente também não ganha nada com esse sistema, pois chega a ganhar apenas Cr\$ 45 mil mensais, trabalhando seis horas por dia numa clínica credenciada."

"Os donos das clínicas provavelmente dizem que também não ganham, porque o INAMPS não paga. O INAMPS igualmente não ganha pois, se está falido, em crise, nada lucra com esse tipo de atendimento", continuou Odete,

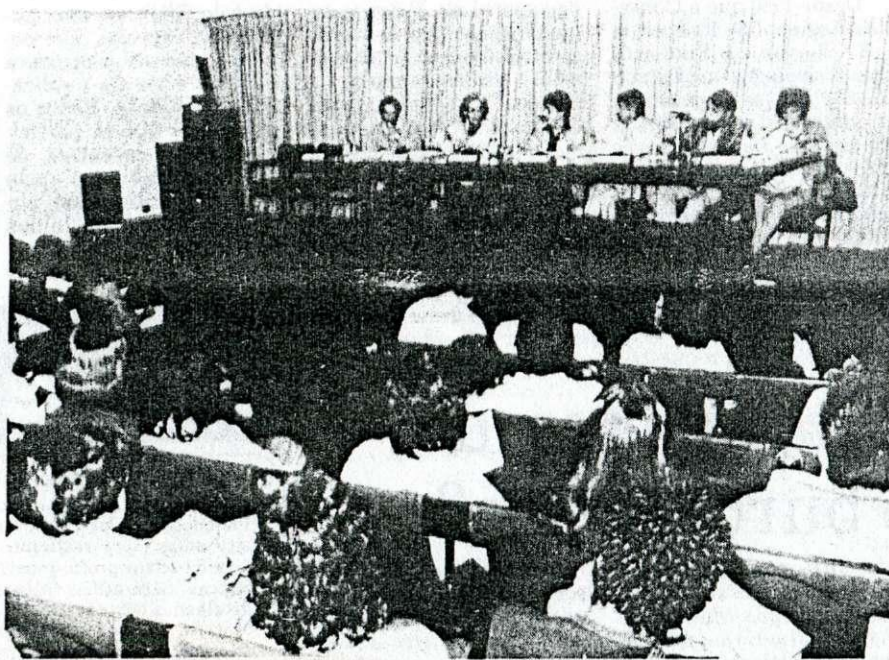


FOTO: CORTESIA FOLHA DE PAULO

Debate foi consequência de ação do CRP

"O INAMPS e o atendimento de saúde mental" foi o tema do debate promovido pelo jornal "Folha de S. Paulo", em seu auditório, no dia 28 de setembro último. Participaram Odete de Godoy Pinheiro, do Conselho Federal de Psicologia; Giovanni Angelo Di Giunta, diretor da Associação dos Ambulatórios de Psiquiatria do Estado de S. Paulo; Biágio Salvador Squitino, responsável pelo plano de reorientação da assistência médica psiquiátrica em São Paulo; Maria Inez Régis, diretora da Associação Profissional de Assistentes Sociais e José Neves, psiquiatra e assessor da Secretaria Estadual de Saúde. Este encontro ocorreu como

consequência da repercussão obtida com as sucessivas reuniões realizadas pelo CRP-06 com várias entidades e profissionais, para avaliação e busca de soluções para o problema do atendimento oferecido à população na área de Saúde Mental e a situação dos profissionais da Saúde - particularmente o psicólogo - dentro das clínicas conveniadas com o INAMPS.

O texto aqui reproduzido foi publicado originalmente pelo jornal promotor do debate. Uma síntese dos principais pontos debatidos deverá ser incluída em uma das próximas edições do suplemento dominical "Folhetim", daquele mesmo jornal.

ainda perguntando: "Como fazer alguém ganhar?"

Questão política

A resposta poderia ser a conclusão a que chegou o psiquiatra e assessor da Secretaria Estadual da Saúde, José Neves, após uma análise global do setor previdenciário brasileiro: "A questão da saúde é um fato político que

transcende, em muito, os limites da Previdência Social e, por esta razão, alternativas racionalizadas como as do Conselho Administrativo da Saúde Previdenciária (Conasp), restritas ao âmbito institucional dos Ministérios e Secretarias, sem explicitação dos diferentes grupos de interesses dos setores da sociedade - usuários,

trabalhadores e não trabalhadores, médicos e empresários - mostram-se geralmente fadadas a fracassos, pois tentam inutilmente, em nome de uma racionalidade do planejamento, ignorar o conjunto das forças sociais em jogo."

Biágio Salvador Squitino, responsável pelo plano de reorientação médico-psiquiátrica em São Paulo, disse que o Conasp foi criado para melhorar, qualitativamente, os serviços do INAMPS, mediante uma integração com as secretarias da Saúde estaduais e municipais, "sem desprezar as empresas privadas". Mas ponderou que "se nosso sistema é neocapitalista e se ele sofre as contingências que todos conhecemos, a Previdência Social tem que se ater naquilo que ela tem e pode oferecer".

Odete de Godoy Pinheiro, também referindo-se ao Conasp, disse que "a falta

de participação das diversas representações da Sociedade Civil na elaboração desse plano nos deixa um pouco de pé atrás porque, ao pretender incluir (no atendimento da saúde mental) equipes multiprofissionais, nunca ouviu nenhum desses profissionais. Por que não são ouvidos todos os trabalhadores da Saúde Mental? Por que essa coisa vem sendo feita lá em cima, dando a impressão de que o INAMPS realmente está tentando resolver a sua crise financeira em vez de procurar melhorar o atendimento à população ou melhores condições de trabalho para os seus profissionais?"

Sugestões

Ao final do debate, Biágio Salvador Squitino disse que cabe aos psicólogos que trabalham em clínicas "conversar com seus empregadores e lutar por melhores condições de trabalho". Para ele, a maioria das clínicas aceitaria argumentações nesse sentido e isso poderia resultar num melhor nível de atendimento psicológico.

"Todo debate é importante e nós nunca vamos descobrir soluções sozinho", disse Odete de Godoy Pinheiro, citando a

frase de uma estudiosa de questões de saúde: "Política de saúde não é só do Estado, mas de todas as instituições, mesmo as civis que, através de pressões e alianças, influem nessa política."

Maria Inez Régis, diretora da Associação Profissional dos Assistentes Sociais, disse que "este debate é legitimado não apenas pela preocupação de um grupo de profissionais da área de ciências humanas ou de pessoas ligadas à questão da saúde, mas pelas exigências que a própria realidade faz. A questão da saúde, hoje, no Brasil, mostra um quadro estatístico bastante triste. O homem brasileiro está submetido a um sistema de atendimento à saúde bastante deficitário."

Por outro lado, não existe alternativa para o trabalhador que recebe um salário aviltante que não dá nem para sua manutenção e da sua família. Nós, enquanto profissionais que atuamos diariamente em instituições que pretendem ou se propõem a prestar atendimento de saúde à população, constatamos deficiências nesse sistema que impõem até mesmo limitações à nossa prática profissional."

EQUIPES MULTIDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO

PROPOSTA FOI APROVADA

O III Congresso de Educação, realizado em São Paulo de 6 a 8 de outubro último, aprovou a proposta de criação de equipes multidisciplinares na rede de ensino, apresentada pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, APEESP, APEEEM e outras entidades. Esta tese foi levada a plenário para votação, com apenas três adendos. O primeiro deles era relativo à inclusão de fonoaudiólogo na equipe multidisciplinar, formada originalmente por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. A segunda contribuição foi no sentido de que todos estes profissionais tivessem salários equiparados e a terceira, de que essas equipes multidisciplinares possuísem autonomia junto às escolas, para planejamento de seu trabalho anual.

Além da aprovação da tese apresentada pelo Sindicato dos Psicólogos (em conjunto com outras enti-

dades) e que havia sido colocada como a grande meta da Comissão de Psicologia Educacional, duas outras propostas envolvendo positiva e diretamente a categoria foram também aprovadas. A primeira delas prevê a inclusão do psicólogo junto à rede de classes especiais do Estado, e, a segunda, a volta do ensino da Psicologia no 2.º grau, juntamente com a Filosofia e a Sociologia.

O III Congresso de Educação foi patrocinado por quatorze entidades voltadas para a área educacional e contou com a participação de mais de 2.500 profissionais, superando as expectativas mais otimistas, que estimavam em não mais do que 1.000 ou 1.500 pessoas. Junto a diretores de escolas, professores, técnicos, especialistas, estudantes e representantes da comunidade a participação dos psicólogos foi proporcionalmente elevada, chegando a mais de uma centena de profissionais.

AOS PSICÓLOGOS E À POPULAÇÃO

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, em reunião conjunta com os Presidentes dos CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA, realizada em São Paulo, nesta data, houve por bem manifestar de público sua solidariedade a um dos mais expressivos baluartes da luta pela Democracia, a Ordem dos Advogados do Brasil, no episódio da interdição de sua sede, em Brasília.

Manifesta seu repúdio às medidas de emergência em vigor, por considerá-

las contrárias às legítimas aspirações democráticas da população, bem como geradoras de intranquilidade.

Comunica, ainda, aos psicólogos e ao público em geral que, em sinal de protesto, as reuniões ordinárias deste Conselho estarão sendo realizadas fora do Distrito Federal, enquanto persistir tal estado de exceção.

São Paulo, 29 de outubro de 1983

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA